A questão de gênero no desenvolvimento agroecológico

Maria Emília Lisboa Pacheco[1]

As mulheres adquiriram historicamente um vasto saber dos sistemas agroecológicos. Desempenham importante papel como administradoras dos fluxos de biomassa, conservação da biodiversidade e domesticação das plantas, demonstrando em muitas regiões do mundo um significativo conhecimento sobre as espécies de recursos genéticos e fitogenéticos, e assegurando por meio de sua atividade produtiva as bases para a segurança alimentar.

Nas últimas décadas, esse reconhecimento passou a manifestar-se em fóruns e acordos internacionais. A *Convenção da Diversidade Biológica*, por exemplo, menciona o "papel fundamental da mulher na conservação e na utilização sustentável da diversidade biológica, afirmando a necessidade de sua plena participação em todos os níveis de formulação e execução de políticas para a conservação da diversidade biológica".[2]

Esse papel é tão mais importante quando consideramos que a conservação e o uso da biodiversidade constituem-se como ponto-chave para a defesa da agricultura e do agroextrativismo familiar, bem como, simultaneamente, que a biodiversidade é protegida pela diversidade cultural.

As influências sobre o pensamento agroecológico estão ancoradas nas ciências agrícolas, no movimento ambientalista, na ecologia, na antropologia, nos estudos sobre desenvolvimento. Só nos últimos anos, porém, a perspectiva de gênero vem sendo associada ao debate agroecológico.

O conceito de *relações sociais de gênero*, uma conquista das lutas feministas, trouxe várias contribuições para a explicação teórica da opressão das mulheres:

- as identidades e os papéis masculinos e femininos caracterizam-se como construção histórica e social, sujeita, portanto, à mudança. Essa construção tem uma base material e não apenas ideológica, que se expressa na divisão sexual do trabalho;

[1] Antropóloga, Diretora da Fase – Solidariedade e Educação.
[2] Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo. *Convenção da Biodiversidade*. São Paulo: Sema, 1997, p.14.

- as relações de gênero são hierárquicas e de poder dos homens sobre as mulheres; por meio dessas relações começamos a apreender o mundo;.
- as relações de gênero estruturam o conjunto das relações socais; os universos do trabalho, da cultura e da política se organizam a partir dos papéis masculinos e femininos;
- gênero contribui para superar as dicotomias entre produção e reprodução, entre privado e público e mostra como mulheres e homens estão ao mesmo tempo em todas essas esferas.[3]

Aplicadas ao campo, as análises de gênero têm mostrado a subordinação e a subvalorização do trabalho das mulheres. Têm revelado também que as relações entre homens e mulheres no âmbito familiar e a forma como a família é constituída e reproduzida são tão importantes quanto as relações de classe, quando se trata de explicar as diferenças sociais do campesinato, assim como sua reprodução social.

Incorporar a perspectiva de gênero, articulada com uma concepção agroecológica apoiada na agricultura e no agroextrativismo familiares, requer um triplo desafio: revisão de nossas categorias de análise, revisão de nossas práticas político-educativas e aprofundamento das críticas às propostas de políticas públicas para a proposição de alternativas.

Há elos a estabelecer entre os debates sobre sustentabilidade e as relações sociais de gênero. Ambas as noções colocam-se contra uma visão produtivista e economicista. Por um lado, a noção de sustentabilidade remete ao campo das lutas sociais, de novas relações entre sociedade e natureza, numa perspectiva democrática, para a contestação da exploração de classe e da injustiça social e ambiental. Por outro lado, a crítica ao paradigma dominante da economia, feita pelo pensamento feminista, quer insistir na perspectiva segundo a qual um exame do desenvolvimento sustentável deve levar em conta as dimensões sociais e de gênero, e integrar nesse conceito uma distribuição justa dos recursos materiais, conhecimentos e poder, um sistema de valoração econômica adequado e a sustentabilidade do meio ambiente.

Problematizar diagnósticos e propor mudanças, eis aí uma grande tarefa. A Agenda 21, em seu Capítulo 24, preconiza a necessidade de desenvolvimento de bancos de dados, sistemas de informação, pesquisas participantes orientadas para ação e análises de políticas sensíveis de gênero, indicando, entre outros, os seguintes aspectos: (i) conhecimento e experiência por

[3] Faria, Nalu e Nobre, Miriam. Gênero e desigualdade. *Cadernos Sempreviva.* São Paulo: SOF, 1997, p.31-32.

parte da mulher no manejo e na conservação dos recursos naturais; (ii) impacto da degradação ambiental sobre a mulher, em particular secas, desertificação e produtos químicos tóxicos; (iii) integração do valor do trabalho não remunerado, incluído o que se chama atualmente *doméstico*, nos mecanismos de contabilização dos recursos, a fim de representar melhor o verdadeiro valor da contribuição da mulher à economia.[4]

Efetuar uma releitura de metodologias existentes, como o Diagnóstico Rural Rápido Participativo, com abordagem de gênero e realizar estudos etnográficos são algumas possibilidades. Há grande carência de estudos básicos a respeito do conhecimento, das experiências e da posição das mulheres no manejo dos agroecossistemas, com perspectiva agroecológica, nos vários biomas no Brasil.

A problematização dos diagnósticos, todavia supõe também a revisão de categorias de análise adotadas nas estatísticas censitárias. A condição de "membro não remunerado da família" expressa uma desigualdade de gênero e mascara o significado da inserção produtiva das mulheres.

Embora elas participem de numerosas atividades agrícolas e extrativas em dupla ou tripla jornada, a invisibilidade de seu trabalho permanece. Quando mulheres e crianças realizam o mesmo trabalho que o homem, é comum dizer-se que estão "ajudando". Desde 1991 os movimentos de mulheres lançaram campanha por seu reconhecimento como trabalhadoras rurais.

O paradigma dominante na economia reforça duplamente essas desigualdades. Ignora o trabalho reprodutivo não pago, tornando invisível a maior parte da produção feminina, e ignora a divisão sexual do trabalho.

Como contraface da invisibilidade do trabalho da mulher estão as políticas cegas de gênero[5] ou estratégias cegas de gênero, isto é, que não se apóiam nas relações sociais de gênero e tendem a excluir as mulheres.

---

[4] Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados. *Agenda 21*. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 1995, p. 366.
[5] Imagem que tomei emprestada da autora Naila Keeber.

Elas ainda representam apenas 12,6% dos beneficiários diretos da Reforma Agrária. Só no ano 2000, como resultado da luta dos movimentos das mulheres, o Incra anunciou a modificação de suas normas, facilitando o acesso das mulheres à terra e à titulação.

A mudança, no entanto, terá vigência em um contexto totalmente adverso, pois estão em marcha um processo de contra-reforma agrária, a chamada Reforma Agrária de Mercado, por meio de programas financiados pelo Banco Mundial, e, com ele, discriminação mais ampla das mulheres, como já mostram alguns estudos.

Uma pequena parcela de mulheres, cerca de 6%, tem acesso ao crédito rural no Brasil. Recentemente também a luta por crédito por parte dos grupos e movimentos de mulheres resultou na criação, em 2002, de uma linha de crédito destinada às mulheres (Portaria n° 121 do Incra, de 22/05/2001). Serão necessárias análises futuras para verificar a implementação dessas definições e seu sentido para as mulheres.

Ainda prevalece, contudo, a inadequação da política de crédito para a valorização e o fortalecimento dos sistemas agrícolas tradicionais de forma integrada. A lógica dos créditos não se baseia no sistema de produção com seus vários componentes, o que tanto põe em risco a conservação da biodiversidade e da sociodiversidade como reforça as desigualdades de gênero.

Em várias regiões do país, constata-se também que as mulheres em geral ou são excluídas, ou têm participação minoritária e eventual nos cursos voltados para a capacitação e o aprofundamento de conhecimentos técnicos da produção agrícola ou agrossilvopastoril. O acesso limitado das mulheres a esse recurso constitui restrição para a igualdade de oportunidades entre os gêneros.

Uma perspectiva de trabalho baseada na sustentabilidade e igualdade de gênero terá que garantir o *empoderamento* das mulheres, reconhecendo seu papel como produtoras de bens e gestoras do meio ambiente. Simultaneamente, terá que lhes assegurar apoio organizativo, controle sobre recursos produtivos — como terra e crédito — e capacitação técnica.